



2025

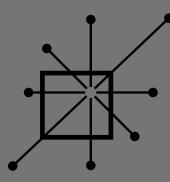
V.18

História da Historiografia

International Journal of Theory
and History of Historiography



ISSN 1983-9928



Sociedade Brasileira
de Teoria e História da
Historiografia





Artigo Original

AO

Original Article (OA)





Ser-historiador no Rio de Janeiro imperial: cotidiano e ofício no diário íntimo de José Ignacio de Abreu e Lima, 1843-44

Being-historian at the imperial Rio de Janeiro: everyday life and craft at the intimate diary of José Ignacio de Abreu e Lima, 1843-44

Paulo Montini de Assis Souza Júnior

paulomontini93@hotmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-4376-0029> 

Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Recife-PE, Brasil.



Resumo

Entre julho de 1843 e janeiro de 1845, o general Abreu e Lima manteve um diário particular, escrito em grande parte no período em que morou no Rio de Janeiro. Ali, esteve inserto em uma rede de sociabilidades que incluía personagens do governo imperial, oficiais do Exército e sujeitos que se empenhavam na construção de uma história pátria a partir do recém-fundado Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. No diário, registrou os encontros, as tramas, os acordos e os desacordos com estes personagens. Neste artigo, analiso, a partir deste diário, como Abreu e Lima cultivou esta rede social com integrantes do alto escalão da política brasileira do Oitocentos enquanto fazia-se historiador perante ela. Abordo-o como documento que possibilita a observação da comunicação do autor consigo mesmo acerca do cotidiano que o cercava e do ofício que praticou. Isto me permitiu problematizar como um general com passado de redator polêmico no período regencial se construía, agora, enquanto **homme-des-lettres** dedicado à história na capital brasileira.

Palavras-chave

História da historiografia; historiografia brasileira; escrita da história;

Abstract

Between July 1843 and January 1845, General Abreu e Lima kept a private diary, written during the period he lived in Rio de Janeiro. There, he was part of a social network that included persons from the Brazilian imperial government, army officers and individuals who were committed to building a national history based on the newly founded Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. In the diary, he recorded the meetings, plots, agreements and disagreements with these characters. In this article, I analyze from this diary how Abreu e Lima cultivated this social network with high-ranking members of Brazilian politics of the nineteenth century while also becoming a historian before it. I approach it as a document that makes it possible to observe the author's communication with himself about the daily life that surrounded him and the craft he practiced. This allowed me to question how a General with a past as a controversial writer in the regency period now constructed himself as a **homme-des-lettres** dedicated to history in the Brazilian capital.

Keywords

History of the historiography; Brazilian historiography; writing of history.



No último dia de 1843, José Ignacio de Abreu e Lima escreveu uma entrada lacônica em seu diário particular. Após registrar que frequentou o Passeio Público do Rio de Janeiro com amigos, o general recordou que chegou às 21h30 no imóvel onde alugava um quarto, pediu chá à locatária “e depois de o tomar pus-me a trabalhar até as duas da madrugada, isto é, já ano novo”. Como última anotação de 1843, admitia: “finalmente acabou-se este ano, de que não me ficam muitas saudades” (DIÁRIO PARTICULAR DO GENERAL JOSÉ IGNÁCIO DE ABREU E LIMA, INSTITUTO ARQUEOLÓGICO, HISTÓRICO E GEOGRÁFICO PERNAMBUCANO, 31 de dezembro de 1843)¹.

Entre os meses de julho de 1843 e 1844, Abreu e Lima alimentou uma série de anotações em quase todos os dias do diário. Quem o lê pela primeira vez tem a impressão de que o general estava a passar por maus-bocados na capital brasileira, cidade onde morava há pouco mais de uma década. Até a marcação do dia 5 de julho de 1844, quando põe que se encontrava em alto-mar a caminho do Recife, são constantes no caderno os relatos de fortes dores que o acometiam na cabeça e no ventre. Vez ou outra, o mal-estar físico afligia outra região do corpo: em certo dia, escreveu que saiu para realizar uma limadura, mas que “não pude suportar [...] até o fim” porque o dente que passaria pelo procedimento achava-se “todo podre” (DP, IAHGP, 12 de fevereiro de 1844).

Para tratar-se, Abreu e Lima recorreu a uma série de drogas medicinais, todasmeticulosamente registradas. Dentre a medicina consumida, fez uso constante do popular purgante e vomitório *Le Roy*, medicamento utilizado no Brasil desde o século XVIII (MELO JÚNIOR, 2021), e do “bálsamo citricado Luis Antonio”, drogas frequentemente acompanhadas pelo consumo regular de caldos, chás de laranja da terra e por onças de sal. Mas o diário do general nos atrai não apenas por trazer uma visão privilegiada da farmacologia consumida no Brasil de meados do Oitocentos. O diário de Abreu e Lima, em especial na sua fase fluminense, também é eminentemente político.

As anotações do diário foram iniciadas em 1º de julho de 1843 e se estenderam até as primeiras semanas de janeiro de 1845, quando Abreu e Lima já se encontrava em Pernambuco. De forma geral, os seus apontamentos não ultrapassam mais que um parágrafo, com cerca de quatro a cinco linhas em extensão.

Tinha o hábito de escrever regularmente. Até a sua interrupção definitiva no início de 1845, apenas as três últimas semanas de maio, o mês de junho e os quatro primeiros dias de julho de 1844 não se encontram registrados à tradicional tinta ferrográfica no documento. Atualmente, o diário se encontra em um cofre no Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, IAHGP, na cidade do Recife, e proibido à consulta por seu estado material. Em um importante

¹Atualizo a ortografia da documentação para este artigo e a partir desta primeira referência abrevio o título do documento para melhor leitura do texto.



esforço de preservação do seu conteúdo, suas entradas foram datilografadas, em algum momento da segunda metade do século XX, pelos alunos e secretários do historiador Amaro Quintas, diretor do Departamento de História Social do Instituto Joaquim Nabuco (atual Fundação Joaquim Nabuco), professor de história da Universidade Federal de Pernambuco e sócio do IAHGP.

O diário de um *homme-des-lettres* público: Abreu e Lima entre o público e o privado

Lendo o diário, não encontramos grandes reflexões políticas, filosóficas ou historiográficas do general que, àquela altura dos anos 1840, já se construía como famoso redator na imprensa periódica fluminense. Também não há rememorações de qualquer cunho político daquilo que viveu no início de um século XIX politicamente e socialmente atribulado na América do Sul. Neste período de Era das Revoluções no Atlântico, Abreu e Lima acumulou uma série de experiências pelas bandas americanas. No Brasil, foi obrigado a assistir ao fuzilamento de seu pai, José Ignacio Ribeiro Roma, o Padre Roma, emissário do governo revolucionário brasileiro de 1817, em uma prisão da Bahia em março daquele ano. O “27º aniversário da morte de meu pai”, registrado no dia 29 de março de 1844, é a única marcação que faz sobre os eventos do Dezessete. Também não recorda maiores datas marcantes de sua vida no caderno, como sua fuga da prisão da Bahia em 1818, o início da participação nos exércitos de Simón Bolívar em 1819 ou as inúmeras batalhas na Colômbia, tanto a favor da independência do país, no início dos anos 1820, quanto aquelas pela manutenção de sua unidade política e territorial em fins desta mesma década.

Das experiências a serviço do regime bolivariano na Colômbia, fidelidade pela qual ganhou o generalato por ordens do próprio *Libertador*, anotou apenas uma conversa sobre “coisas da América Espanhola e sobre Bolívar” com o general argentino Tomás Guido, ministro plenipotenciário da Confederação Argentina no Brasil e antigo emissário de José de San Martín (DP, IAHGP, 29 de novembro de 1843). No Brasil desde 1841, Guido vinha atuando com representantes do gabinete imperial sobre resoluções para os conflitos no Uruguai, então dividido na *Guerra Grande* que opunha *blancos* e *colorados*, além de questões concernentes à bacia do Rio da Prata entre o governo rosista e o Império brasileiro. Em março de 1843, o diplomata rosista logrou o acerto do Tratado de Aliança entre a Confederação Argentina e o Império do Brasil, assinado por ele, Honório Clemente Carneiro Leão, Visconde do Paraná e ministro da Justiça do Brasil, e Joaquim José Torres, Visconde de Itaboraí, conselheiro de Estado imperial e senador (SABATINELLI, 2024a). Do período vivido na Colômbia, Abreu e Lima manteve o hábito de grafar os dias da semana na língua espanhola, e os *lunes, martes, miércoles, jueves e viernes* ocupam os lugares da segunda, terça, quarta, quinta e sexta-feira ao longo de todo o diário.



Se nas suas anotações não encontramos maiores memórias de um já experiente Abreu e Lima, felizmente nos deparamos com os registros de um general que, não obstante já reconhecido como redator na imprensa periódica do Rio de Janeiro, onde publicou pasquins e contribuiu com uma série de artigos políticos para uma variedade de jornais e revistas, agora estava dedicado às pesquisas históricas. Em 1843, Abreu e Lima viu o seu *Compendio da Historia do Brasil* ser recepcionado no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o IHGB. Sócio-honorário da instituição desde 1839, quando aceitou o convite de amigos para ingressar no IHGB quando este contava com apenas um ano de fundação, foi atraído pela proposta do Instituto Histórico de buscar uma produção e um fazer historiográfico nacional que consagrassse, para além de uma história brasileira, o próprio Estado imperial.

Se conhecemos Abreu e Lima enquanto *homme-des-lettres* público, personagem atuante no cenário impresso do Rio de Janeiro desde o início da década de 1830, depuramos no seu diário as ocasiões em que frequentou teatros, jantares e reuniões com integrantes da alta classe política, burocrática e militar brasileira, além de uma série de encontros com um sem-número de redatores, editores, demais sócios do IHGB e com o próprio patrono maior da instituição, o imperador Pedro II. Após pouco mais de dez anos desde o seu retorno ao Brasil, quando se mudou para a capital brasileira após a derrota militar às facções antagonistas ao regime bolívarista na então Colômbia, Abreu e Lima cultivou diariamente, entre o Rio de Janeiro e a corte, uma rede de sociabilidades que lhe conferiu um lugar prestigiado no espaço fluminense.

Neste artigo, analiso como Abreu e Lima se consolidou enquanto historiador no Rio de Janeiro entre os meses de julho de 1843 a julho de 1844, a partir das sociabilidades identificadas no seu diário particular. Ser-historiador reconhecido no Brasil imperial consistia não só na construção de uma obra histórica apreciada pelos sócios e pares do IHGB ou pelo mercado consumidor de impressos. O reconhecimento pelo ofício também demandava uma atuação pública e política, com a prática de uma série de negociações, tramas e acordos de toda espécie com os atores próximos dos cargos de poder nas instituições políticas, culturais e acadêmicas do Império brasileiro. Ser-historiador no Rio de Janeiro imperial demandava também fazer-se reconhecido como historiador, e no diário de Abreu e Lima encontramos os rastros deste processo.

O homem de letras que se dedicava à escrita da história no Brasil do século XIX invariavelmente se apresentava, na obra já finalizada, enquanto sujeito qualificado ao *métier* historiográfico. Abreu e Lima não escapou do rito: no *Compendio*, assumiu o mérito de reunir “grande número de fatos, que se acham espalhados por muitos escritos em diferentes épocas, vindo a ser o primeiro” literário deste estilo no Brasil (ABREU E LIMA, 1843a, p. x). Já na ocasião em que apresentou o livro no IHGB, Abreu e Lima arrogou-se como pioneiro da historiografia do país, ressaltando o fato de que havia conseguido se adiantar em objetos da prática historiográfica que



a própria instituição ainda não havia se “decidido definitivamente”, como a definição dos métodos históricos mais apropriados e a delimitação de recortes temporais à escrita da história brasileira. Em carta transcrita na *Revista do Instituto Histórico, Abreu e Lima* se vangloriou da “glória de ter dado o primeiro passo na carreira escabrosa de historiador, e lisonjeio-me de haver atingido ao menos um dos primeiros alvos do Instituto” (EXPEDIENTE, 1843b, p. 395-396). Apresentações do tipo não causam estranhamento se lembarmos do caráter oficial do IHGB: ali, escrever a história era “*tarefa oficial, e a obra realizada um bem nacional*” (TURIN, 2009a, p. 15, *grifos do autor*).

Abordo o diário de Abreu e Lima como documentação que permite ao historiador, inquiridor da fonte com suas problemáticas, enxergá-lo em sua pluralidade de formas. Um diário, afinal, reúne escritos diversos: no do general, lemos registros econômicos, “paguei 12 réis da conta do alfaiate Rasher pela calça e colete” (DP, IAHGP, 6 de setembro de 1843), uso de medicamentos, anotação de impressões de leituras, de lugares e de pessoas, por exemplo.

O diário também é um material de usos distintos. A historiadora Irina Paperno, em artigo que estuda os usos historiográficos do diário enquanto documento, atenta que, ao longo dos anos, este tipo de documentação foi utilizada como fonte de testemunho histórico, de crônica de eventos e de experimento autobiográfico. Nem sempre o seu potencial como gênero incerto foi explorado; incerto porque é um material que concentra uma série de dicotomias, como público/privado, a espontaneidade do registro/texto produzido sob reflexão, subjetividade/espontaneidade, individualidade/eventos, etc.

Há de se ter em conta de que a escrita de um diário é um ato intimista, de comunicação que o diarista tem com ele mesmo (PAPERNO, 2004a, p. 564). Neste ato, se cria um paradoxo de privacidade com a escrita, em que se negocia uma relação entre a subjetividade e a temporalidade. Nos termos de Irina Paperno, o diário cria o espaço para uma espécie de teatro íntimo da história (PAPERNO, 2004a, p. 572-573). No seu teatro íntimo, privado e particular, Abreu e Lima escreveu e registrou apenas para si os seus processos de escrita, relacionamentos, pesquisa e publicação. No diário, também fez-se historiador.

Foi na capital do Brasil que o general mobilizou suas redes de sociabilidade para angariar apoio dos colegas nas suas iniciativas historiográficas. Compartilhou leituras, “estive aqui pela manhã o André [Pereira] Lima e mandou-me *Les Martyrs* [romance escrito em 1809 por François-René de Chateaubriand]” (DP, IAHGP, 15 de fevereiro de 1844); foi requisitado para produções textuais, escrevendo discursos para serem lidos a Pedro II, “estive [na] casa do [Felix] Peixoto [de Brito e Mello] a quem fui levar dois discursos de congratulação ao Imperador que me mandou pedir esta manhã” (DP, IAHGP, 25 de agosto de 1843), ou artigos para jornais e pasquins, “às nove veio o [Antonio Correia] Seara e levou o artigo que me pediu respondendo ao *Brasil*” (DP, IAHGP, 10 de novembro de 1843); e angariou documentações para as suas atividades historiográficas, “estive



[na] casa do Secretário [do IHGB, Manoel Ferreira] Lagos que me deu a parte de Caetano Brito da Revolução de [18]17" (DP, IAHGP, 20 de setembro de 1843).

No Rio de Janeiro, Abreu e Lima também exerceu um papel estratégico para a deputação vinculada à dissensão do partido liberal em Pernambuco, o Partido da Praia. Muitas vezes, foi o intermediário privilegiado entre seus conterrâneos pernambucanos com os senadores e ministros imperiais. Dos deputados praieiros, Abreu e Lima conseguiu acesso às folhas políticas pernambucanas, "mandei ao [Felix] Peixoto [de Brito e Mello] buscar os jornais de Pernambuco" (DP, IAHGP, 23 de julho de 1843), como o *Diario Novo*, órgão oficial da Praia impresso na tipografia Imparcial do Recife, casa das publicações praieiras e propriedade de seu irmão, Luiz Roma.

Nestes tempos em que cartas particulares eram vazadas com frequência e publicadas na imprensa, servir-se de pessoas confiáveis para o transporte das correspondências particulares ajudava Abreu e Lima a se manter distante de maiores polêmicas e ruídos que podiam desgastar sua imagem na opinião pública fluminense. Para este serviço, confiava em Felix Peixoto de Brito e Mello, o futuro chefe da Insurreição Praieira em 1848/49, para levar "as cartas para os meus irmãos, Luiz [Roma] e João [Roma], para o desembargador Peixoto e para o Menezes" na capital pernambucana (DP, IAHGP, 11 de setembro de 1843).

Nos seus primeiros anos no Rio de Janeiro, desde que saíra da Colômbia a ponto da fragmentação territorial em 1830 e após uma breve passagem pela Filadélfia e por Paris, no ano seguinte², Abreu e Lima sofreu com o vazamento de cartas particulares na imprensa. Entre 1833 e 1834, quando estava politicamente próximo dos setores conservadores do Rio de Janeiro, o general foi acusado por governistas de apoiar rebeliões armadas em municípios próximos da corte e em Pernambuco³. Na capital brasileira, se notabilizaria em 1833 por seu posicionamento pró-Pedro I, o que lhe valeu a antipatia de famosos redatores radicados na cidade.

Evaristo da Veiga, redator da popular *Aurora Fluminense*, acusaria Abreu e Lima de ser um restauracionista, ou seja, parte mais radical das alas conservadoras, defensores do retorno de Pedro I ao trono brasileiro. O padre Januário da Cunha Barbosa, um dos fundadores do IHGB e que, neste momento dos anos 1830, redigia a *Mutuca Picante* e o *Correio Official*, seria outro dos mais atuantes detratores do general. No *Correio*, por exemplo, Januário Barbosa publicaria extratos de folhas pernambucanas que apresentavam o general, "que ostentava de tão liberal, que se dizia o libertador de Venezuela &c. &c. que serviços inúmeros prestou à causa da Liberdade da Columbia

2 Após a derrota na guerra civil colombiana (MONTINI; CUNHA, 2024b), Abreu e Lima foi à Filadélfia, de onde escreveu aos irmãos em 1831 (MONTINI, 2020, p. 79-83) e, de lá, para Paris, onde esteve até meados de 1832 (ABREU E LIMA, 1844a, p. 42).

3 Analisei estas acusações mais recentemente no artigo *No palco da história, o General das Massas: a construção de um insulto em meio a tramoias políticas, correspondências vazadas e o escândalo de um levante restauracionista em 1834* (MONTINI, 2025).



[sic]”, como fiel da causa da restauração e senhor de planos políticos e militares que conciliavam a insurreição armada dos cabanos em Pernambuco com o retorno de Pedro I ao trono brasileiro (PERNAMBUCO, 1833a)⁴. Januário Barbosa também seria dos que expunham correspondências particulares de Abreu e Lima: uma carta de 1833 do general, em que criticava o governo regencial e suas “loucuras”, como as teorias federalistas, seria publicada na íntegra com o aviso de que continha “o enredo e o maquiavelismo do ex-General Columbiano [sic]” (ARTIGOS NÃO OFFICIAES, 1833b).

Abreu e Lima habitou um Rio de Janeiro que experimentava, como nunca, a opinião pública. Desde a abdicação de Pedro I no início de abril de 1831, o número de impressos publicados no país, como pasquins e jornais, explodiu. Seu volume parecia seguir a instabilidade política: o ano de 1833, quando Abreu e Lima redigiu e publicou dois pasquins, seria um dos anos de maior circulação de folhas no Rio de Janeiro durante o regime monárquico brasileiro, concentrando sozinho ¼ de toda a produção periódica da cidade durante o período regencial (BASILE, 2014, p. 44).

No início da década de 1840, a capital brasileira se consolidava como espaço do centralismo imperial. Findado o período regencial com o Golpe da Maioridade em 1840, o Rio de Janeiro assumiu o papel de rosto e de “polo civilizador” da nação, espaço de suporte da legitimidade monárquica, capital de um regime que representava a continuidade das monarquias e da cultura europeia em um continente americano dominado por repúblicas. Tornava-se, em definitivo, a corte da dinastia bragantina e o “centro cultural, político e econômico” do Brasil (ALENCASTRO, 2019a, p. 10).

Contudo, 1840 também foi a década na qual acentuou-se um contraste na demografia da cidade: no município que exprimia pretensões civilizadoras, centro irradiador da corte e da coroa, o historiador Luiz Felipe de Alencastro notou a formação da maior concentração urbana de escravizados existente no mundo desde a Roma Antiga. Com o boom do tráfico escravista, a demografia na cidade atingiu uma proporção de 110 mil escravizados para 266 mil habitantes, número de cativos que deu à corte “as características de uma cidade quase negra e [...] de uma cidade meio africana”. No sistema escravista brasileiro, em franca atividade mesmo com o seu tráfico proibido por leis nacionais e internacionais, a oposição senhor/escravo se desdobrou em tensões raciais socialmente dominantes (ALENCASTRO, 2019b, p. 23).

No diário de Abreu e Lima, encontramos os dois extremos da pirâmide escravista em um espaço muito curto de tempo: se, no primeiro dia de agosto de 1843, o general frequentou a casa de João Baptista Moreira, cônsul-geral do governo português no Rio de Janeiro na década de 1830 que se utilizou do cargo não só para auxiliar mas também para investir no tráfico de escravizado⁵s, “onde tomei chá com a senhora Libânia e os dois Farias” (DP, IAHGP, 01 de agosto de 1843), no fim

4 Originalmente, o artigo foi publicado em *O Velho Pernambucano*.

5 Aline Emanuelle Albuquerque analisou o envolvimento de Baptista Moreira no tráfico escravista (ALBUQUERQUE, 2016a, p. 46).



deste mês ouviria da locatária, de quem alugava um quarto para dormir, "que era necessário alugar uma preta para servir-me" (DP, IAHGP, 20 de agosto de 1843). Sabemos que o general assumiu publicamente, em 1833, seu desprezo ao tráfico escravista e à escravidão, "ferrete de ignomínia porque traz consigo a degradação da espécie" (CLASSES, 1833c), ao mesmo tempo em que temia o haitianismo no país, ou seja, o despontar de uma insurreição negra em potencial, mas no diário não trouxe qualquer impressão sobre esse Rio de Janeiro negro que habitava.

Entre a entourage imperial brasileira, um general de Bolívar

Datam do final do período regencial os dois grandes signos dos esforços civilizatórios do Império brasileiro no Rio de Janeiro. Fundados com menos de um ano de diferença, o Colégio D. Pedro II, inaugurado em 2 de dezembro de 1837 como escola secundária voltada à educação das futuras lideranças do país, e o IHGB, criado em outubro de 1838 como sociedade acadêmica voltada à promoção das reivindicações das elites sócio-políticas de um Brasil como nação civilizada, já tinham a benção de um Pedro II que sequer fora entronizado. Um *corps burocrático* se amalgamou entre estas duas instituições e a corte, o Estado e as Casas políticas imperiais; dentre outras séries de projetos políticos, ele não mediou esforços para construir um Brasil territorialmente unitário, contrarrevolucionário e que fosse sinônimo, ao mesmo tempo, de coroa e de nação. No diário de Abreu e Lima, entrevemos sua relação com alguns dos personagens que ocupavam posições de destaque nestas duas instituições.

Foi por indicação de amigos que Abreu e Lima aceitou o convite para ser membro do IHGB. O general, contudo, não nutriu maiores disposições em participar da instituição. Em um texto de 1844, Abreu e Lima esclareceu que nunca procurou a filiação com o Instituto Histórico, apesar de haver sido convidado em 1838 para ser "um dos sócios instituidores" por um de seus fundadores, o militar Raimundo José da Cunha Mattos; negou o pedido. Justificou sua decisão pelo princípio que adotou desde que voltara ao Brasil de "não pertencer" a "nenhuma sociedade" no país, "quer pública quer secreta" (ABREU E LIMA, 1844a, p. 7).

De fato, Abreu e Lima agiu de modo publicamente cauteloso em relação a qualquer tipo de sociedade desde seu retorno ao país. Nos pasquins que escreveu em 1833, nunca assumiu a participação em alguma das sociedades políticas no Rio de Janeiro, nem naquelas dos caramurus da cidade. No último número de uma destas folhas, porém, dedicou um longo artigo em defesa da atuação de uma Sociedade Militar da Corte, "composta de oficiais de todas as graduações, e de cidadãos respeitáveis por seu saber, e virtudes", coletivo que fazia frente ao furor da ação de grupos governistas. Neste texto, relatou um evento particularmente dramático, denunciando a invasão de uma festa na Sociedade Militar em homenagem ao aniversário de sete anos de Pedro II pela "faccão



"moderada ou jacobínica" que vinha oprimindo "o Povo da Capital" (INTERIOR, 1833d). Na edição, também traria uma série de extratos acerca desta Sociedade Militar, incluindo um artigo sobre o assassinato de um alferes em Salvador por Francisco Sabino Alves da Rocha Vieira, que anos depois seria a principal liderança da Sabinada naquela cidade.

Esta Sociedade Militar da Corte pode ser o partido do qual Abreu e Lima disse a um amigo baiano, na correspondência vazada por Januário Barbosa em 1833 no *Correio Official*, que era chefe e "que tem ramificações por todo o Brasil" (ARTIGOS NÃO OFFICIAES, 1833b). Dez anos depois, descobrimos, lendo o seu diário, que recusou participar de uma sociedade literária criada pelo grande agitador cultural do Império, Francisco de Paula Brito (DP, IAHGP, 6 de setembro de 1843), editor que experimentava a ascensão financeira dos seus negócios ao se aproximar do grupo conservador fluminense no início da década de 1840 (GODOI, 2016b, p. 117).

Antes de retornar ao Brasil, em julho de 1831, quando se encontrava na Filadélfia logo após os insucessos militares na Colômbia, Abreu e Lima havia escrito aos irmãos para que não se comprometessem em "partido algum" no Brasil até o momento em que chegasse ao país (CONTRASTE, 1833e)⁶. Nesta carta, também publicada na imprensa, expressou seus temores de que uma guerra civil fosse deflagrada no Brasil por ocasião da abdicação de Pedro I. Vivera, afinal, parte do conflito armado que flagelou a Colômbia e do qual "não quis envolver-me", em que pese relembrar décadas mais tarde, em outra correspondência, como se posicionou na contenda e chegou a bater os "facciosos"⁷, forma pela qual chamava os adversários da ordem bolívarista no país.

Em que pese sua condição de oficial militar, assegurou aos irmãos em 1831 que "apresentar-me hei como cidadão para viver tranquilo, ou como general e soldado para servir à pátria, se ela necessitar de mim", e prometia pegar em armas no Brasil só em decorrência de medidas que ferissem os "imprescritíveis direitos de meus concidadãos". Em 1833, condenou nos seus pasquins a Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional, agrupamento da facção moderada e governista espalhada por todo o Brasil durante as Regências. Para Abreu e Lima, a Defensora – ou Agressora, como ironizava – se organizava ao estilo dos jacobinos franceses, e eram no Brasil os senhores de um perigoso liberalismo da moda que podia levar a monarquia e a unidade territorial brasileira à dissolução, situação que poderia até se assemelhar à guerra civil instaurada na França pós-1789⁸. Quanto àquelas sociedades mais reservadas, em especial a Maçonaria, sobram especulações acerca do seu envolvimento, e no seu diário não registra nada relacionado a esta

6 Esta carta seria publicada no pasquim *Homem e a América*, 25 de novembro de 1831, e republicada em um pasquim de Abreu e Lima no Rio de Janeiro chamado *A Torre de Babel*, número 7 de 6 de março de 1833.

7 "Bati constantemente os facciosos" (LIBERALIDADE AMERICANA, 1873).

8 Para uma interpretação da Revolução Francesa por Abreu e Lima e consequentemente do seu uso político pelo general na imprensa periódica fluminense em 1833, ver *Abreu e Lima, redator* (MONTINI, 2020, p. 122-136).



ordem.

Entraria no IHGB a convite de amigos, que “muito se empenharam comigo para que os acompanhasse nesse [Instituto], que eles chamavam [de] patriótico empenho”. Como a indicação de seu nome havia sido aprovada previamente em reunião dos sócios, Abreu e Lima recebeu um título honorário, “que só se tinha conferido, até então, a brasileiros mui ilustres”, como o Marquês de Itanhaém, tutor de Pedro II. Chegou a pensar em recusar o convite, mas o aceitou no fim para não comprometer seus amigos com os demais sócios e, em novembro de 1839, Abreu e Lima enviou uma carta ao padre Januário da Cunha Barbosa, desafeto de longa data e agora no cargo de primeiro secretário do IHGB, comunicando o aceite do “favor do Instituto” e a recepção do diploma de sócio honorário com o qual fora agraciado (ABREU E LIMA, 1844a, p. 7-8).

Dentro do Instituto, Abreu e Lima se cercou de uma série de sujeitos que, muitos também donos de posições e cargos de poder no IHGB e em outras instituições imperiais, ocuparam boa parte do seu cotidiano no Rio de Janeiro dentre os meses de julho de 1843 e 1844. A esta altura, pouco após a publicação de seu *Compendio*, Abreu e Lima era reconhecido não só como “redator público”, como se intitulara uma década antes quando defendeu a ordem imperial e a figura de Pedro I, mas também como dos mais renomados historiadores do Brasil.

O general encontrou sua ocupação nesta carreira. Demonstrou isso no prefácio de seu *Compendio*, ao preocupar-se com certa recuperação do “tempo perdido, dando princípio à obra da nossa regeneração intelectual”, exortando para que muitos, seguindo o seu exemplo, também se dispusessem a “lançar mais uma pedra” para o “depósito comum” que era esta nascente historiografia produzida no Brasil (Abreu e Lima, 1843b, p. vii). No seu primeiro ano como sócio-honorário no Instituto Histórico, por exemplo, ofereceu à biblioteca da instituição um exemplar do seu *Bosquejo histórico, político e literário do Brasil* sob a justificativa de contribuir “com um grão de areia para tão grande edifício” que estava sendo a construção da história ali no IHGB (ABREU E LIMA, 1839a). No diário, descobrimos que a correspondência e o livro foram entregues para Manuel Ferreira Lagos, segundo-secretário do Instituto Histórico à época (DP, IAHGP, 8 de setembro de 1843).

Um discernimento com o processo construtivo de uma historiografia nacional que marcou a virada da década de 1830/40 entre aqueles homens próximos do Estado imperial, que vislumbravam uma história brasileira sob os valores da monarquia. Afinal, naqueles que seriam os anos finais do período regencial, as pretensões do Instituto Histórico de uma escrita historiográfica eram incontornáveis da constituição da instituição e do próprio Império, que já vislumbrava um jovem monarca à frente do país. Aqui, cabe dizer que estes pressupostos do historiador institucionalmente vinculado ao IHGB não seriam nem ao menos resolvidos no final do Oitocentos, quando ainda se debatiam em suas sessões a “acumulação de tarefas pelo historiador”, claro sinal de que no ocaso



do século XIX ainda se buscava o consenso acerca dos métodos investigativos e da própria escrita da história na instituição (OLIVEIRA, 2010a, p. 45).

Personagens ansiosos por uma historiografia nacional que se confraternizavam bastante em jantares, jogos de carteado e em espetáculos teatrais. Em 6 de julho de 1843, após anotar que jantara na Rua da Cadeia, antigo nome da Rua da Assembleia no Rio de Janeiro, por exemplo, Abreu e Lima escreveu que

Estive com o Viana na Câmara e saí com o Peixoto, e não quis jantar com ele; levei ao Bivar a minha história do Brasil, para ele ler e dar o seu parecer – Estive [na] casa do Dr. Maia pela tarde e recebi dele cem mil réis para a conta do Cândido de Araújo, e dei-lhe um recibo. Como a família do Gustavo não estava em casa, voltei a casa do Maia, onde estive com a Senhora Dona Anna, com o Maia, o Barros, vários deputados – vim as 10 para casa (DP, IAHGP, 6 de julho de 1843).

Desta entrada, com exceção da senhora dona Anna, todos os demais serão nomes mencionados constantemente no diário, e foram pessoas assíduas no cotidiano fluminense de Abreu e Lima. Joaquim Francisco Vianna era, à época, ministro da Fazenda, cargo que ocupou até fevereiro de 1844; na entrada do primeiro dia deste mês, Abreu e Lima anotou como soube diretamente com ele de “sua demissão, e de todo o ministério” (DP, IAHGP, 01 de fevereiro de 1844). Por meses Abreu e Lima procurou Francisco Vianna na Câmara dos Deputados, pois era com ele que pegava o dinheiro das assinaturas do *Compendio*. Em agosto de 1843, por exemplo, o ministro conseguiu arrecadar 110 mil réis das subscrições pelo livro. Francisco Vianna também deu apoio a outra empreitada historiográfica de Abreu e Lima: em outubro deste ano, o general registrou que Vianna “prometeu-me fazer tudo de sua parte para dar-me mais subscrições” para o novo livro que escrevia, a *Synopsis ou Deducção Chronologica dos Factos mais Notaveis da Historia do Brasil* (DP, IAHGP, 23 de outubro de 1843). Após a exoneração de Francisco Vianna por causa da queda do ministério em 1844, Abreu e Lima pouco o mencionaria ao longo do diário. Apenas em algumas ocasiões escreveu que esteve na casa do antigo ministro, onde esteve sempre “conversando sobre política” (DP, IAHGP, 04 e 05 de março de 1844).

Outro apoiador da pesquisa histórica de Abreu e Lima citado nesta passagem é Cândido José de Araújo Viana, de quem o general recebeu cem mil réis na ocasião. Tal como Francisco Vianna, Cândido de Araújo ocupava cargo no governo imperial: era ministro e secretário de Estado dos negócios do Império do Brasil ao tempo desta gravação do diário. No mês seguinte, Abreu e Lima registrou que saiu cedo em direção ao Senado para falar com Cândido de Araújo, “com quem estive e nada de dinheiro” (DP, IAHGP, 30 de setembro de 1843).

A pessoa a quem Abreu e Lima levou o *Compendio* no dia 6 de julho de 1843 foi Diogo



Soares da Silva de Bivar. No IHGB, Bivar era o orador do Instituto e seu cronista oficial (GUIMARÃES, 2018a, p. 64). Bivar também foi, em algumas ocasiões, o primeiro leitor dos livros de Abreu e Lima. Doze dias mais tarde, o general certamente saíra satisfeito do encontro na casa do orador porque este havia aprovado o seu *Compendio* com um elogio muito almejado pelos *hommes-des-lettres* dedicados à escrita da história naqueles anos: o orador lhe disse “que tinha gostado muito da minha história” porque ela era “muito imparcial” (DP, IAHGP, 18 de julho de 1843). Bivar também ajudava Abreu e Lima com uma leitura crítica de suas produções, e não hesitou em “emendar” a introdução que o general fizera para sua *Synopsis* (DP, IAHGP, 19 de outubro de 1843), livro do qual lerá mais alguns capítulos e até um primeiro rascunho geral (DP, IAHGP, 15 de novembro de 1843). Quando da publicação da *Synopsis*, em 1845, ano em que já se encontrava no Recife, o general se recordaria da ajuda de Bivar, de quem consultava livros e manuscritos (ABREU E LIMA, 1845a, p. 449).

Próximo do clã Bivar, o relacionamento de Abreu e Lima com o cronista do Instituto Histórico iria muito além da mera formalidade institucional que sua passagem no diário parece transmitir. O general frequentava também a casa do filho de Diogo, Luís Bivar, poeta, tradutor e redator no Rio de Janeiro que chegou a convidar Abreu e Lima para um baile a ser realizado no dia 7 de agosto de 1843. O general, porém, recusou o convite porque o achou escrito de forma muito impolítica (DP, IAHGP, 2 de agosto de 1843). Foi também a Diogo Bivar que Abreu e Lima apresentou o projeto de uma tipografia. Em agosto de 1843, Bivar e alguns outros sujeitos do círculo social de Abreu e Lima ficaram sabendo da nova empreitada do general no Rio de Janeiro e, para o amigo, o general deu maiores detalhes do projeto tipográfico e do plano da empresa (DP, IAHGP, 12 de agosto de 1843 e 16 de agosto de 1843). Contudo, não o convidou para ser sócio da firma.

A pessoa a quem Abreu e Lima convidou para a empresa tipográfica foi o “Dr. Maia”. Emílio Joaquim da Silva Maia era um sujeito que gozava de muito prestígio no Rio de Janeiro desde os anos do Primeiro Reinado. Médico de formação, concluiu o curso de medicina na França, mas também havia estudado o Direito em Coimbra e, voltando ao Brasil, foi um dos fundadores da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, de 1827, associação que objetivava o desenvolvimento da lavoura agrária, da economia pecuarista no país e de cujos quadros sairiam boa parte dos fundadores do IHGB. Em 1838, Silva Maia estaria entre estes fundadores do Instituto Histórico e, quatro anos mais tarde, assumiu o cargo de diretor da seção de anatomia comparada e zoologia do Museu Imperial e Nacional (GARCIA, 2004b, p. 41). Foi no dia 3 de agosto de 1843 que Abreu e Lima procurou o infatigável “Dr. Maia” para convidá-lo a abrir uma tipografia e, três dias depois, em um domingo, o general apresentou seu plano “para tipografia normal”, ao que o médico-bacharel entusiasta da história teria gostado muito (DP, IAHGP, 3 de agosto de 1843 e 6 de agosto de 1843). No fim das contas, a tipografia não saiu do papel, e infelizmente, no diário, não encontramos os motivos do malogro. Contudo, sabemos pelo diário que Abreu e Lima e Silva Maia ainda manteriam estreitas



relações no Rio de Janeiro.

Na casa de Silva Maia, Abreu e Lima participou de saraus, “estive [na] casa do Dr. Maia ouvindo a cantora Mademoiselle Galvani, que canta muito bem” (DP, IAHGP, 28 de dezembro de 1843), frequentou grandes jantares com a família do médico, “fui jantar [na] casa do Dr. Maia, com sua família, tia e cunhada” (DP, IAHGP, 5 de maio de 1844), e papeou com demais personagens da cena da imprensa periódica fluminense, “estive logo [na] casa do Dr. Maia até as onze da noite com o Santiago Nunes conversando” (DP, IAHGP, 1 de maio de 1844). Santiago Nunes era chileno radicado no Rio de Janeiro, onde se associou ao IHGB, deu aulas no Colégio Pedro II e redigiu a *Minerva Brasiliense*, jornal que publicaria críticas muito positivas ao seu *Compendio* (BIBLIOGRAPHIA, 1843b)⁹. Silva Maia também coletou assinaturas às obras de Abreu e Lima, “e ficou de trazer-me os cem mil réis da subscrição” (DP, IAHGP, 6 de outubro de 1843), e foi mais um dos que colocou à sua disposição uma série de livros, manuscritos e documentações diversas para suas pesquisas historiográficas. Com o médico, Abreu e Lima conseguiu os tomos das *Memorias históricas* de Monsenhor Pizarro (DP, IAHGP, 29 de setembro de 1843), por exemplo, uma das referências consultadas à escrita da *Synopsis*. Em Pernambuco, não esqueceu de demonstrar sua gratidão ao médico, que “franqueou-me a sua importante coleção de obras escolhidas sobre o Brasil” (ABREU E LIMA, 1845a, p. 447), dentre estas o livro do poeta inglês Robert Southey sobre a história do Brasil, que havia utilizado como base para seu *Compendio*, dentre outras de “rica coleção” (ABREU E LIMA, 1844a, p. 49).

A família que Abreu e Lima não conseguiu encontrar em casa, naquele 6 de julho de 1843, foi a de Gustavo Adolpho de Aguilar Pantoja. Deputado por Alagoas na década de 1820, Gustavo Pantoja seria ministro de Estado em 1836, dividindo a administração das pastas de Justiça e Negócios Estrangeiros até fevereiro do ano seguinte. Antes de ingressar na burocracia imperial, cursou Direito na Universidade de Coimbra e, voltando ao Brasil no início da década de 1820, assumiu o cargo de juiz de fora na vila de Penedo, Alagoas (LAGO, 2001, p. 89-90).

A família Pantoja era eminente no país. O pai de Gustavo, Hermógenes de Aguilar Pantoja, foi o tenente baiano responsável pela vigilância dos marinheiros franceses que, no fim da década de 1790, divulgavam ideias de cunho político revolucionário aos trabalhadores marítimos no cais de Salvador. O tenente Pantoja, contudo, acabou criando relações de amizade com os franceses, prestando homenagens e até manifestando afeição pelo comandante dos marinheiros, um certo Larcher. A empolgação com os marítimos oriundos do outro lado do Atlântico lhe custaria uma repreensão pública, vindas do então governador da capitania baiana, e a aquisição de uma biblioteca

⁹ Santiago Nunes, contudo, não foi o autor da análise do livro; a autoria deste artigo na *Minerva* está identificada apenas por um “T”.



de livros proibidos na colônia, adquiridos dos marinheiros¹⁰. Junto com Cipriano Barata, o tenente Hermógenes Pantoja foi um dos grandes comunicadores do ideário revolucionário francês na Conjuração Baiana de 1798. Conforme depoimentos de aliciados, o tenente Hermógenes fomentou não só a leitura dos “ditos cadernos e outros papéis de igual natureza”, mas cobrou dos seus apoiadores empenho “na sua lição, franqueando-lhes com liberalidade, e repetindo-lhes por muitas vezes”¹¹.

Na casa dos Pantoja, todavia, Abreu e Lima não registrou a leitura de obras francesas ou conversas sobre a revolta que agitou Salvador no final do Setecentos luso-americano. De todos os citados no diário, a casa dessa família é a mais frequentada pelo general no Rio de Janeiro, até porque era bastante próximo de “D. Bibiana”, provavelmente a mesma “D. Bibiana Delfina de Aguilar Pantoja” registrada no *Almanak Administrativo* de 1859 como aia perpétua da Imperial Irmandade de N. Senhora da Glória do Outeiro (IMPERIAL IRMANDADE DE N. SENHORA DA GLORIA DO OUTEIRO, 1859, p. 403).

Gustavo Pantoja também foi relembrado por Abreu e Lima, a exemplo de Diogo Bivar e de Silva Maia, como importante fonte de referências para suas pesquisas. Com Pantoja, havia conseguido “a maior parte das datas da legislação orgânica do país, seus livros e MSS [abreviação para manuscritos]” (ABREU E LIMA, 1845a, p. 44). Abreu e Lima também parecia muito grato à família Pantoja, e registra no diário que presenteava com regularidade, dando à família cravos e até uma edição encadernada do *Compendio*; neste, pôs uma dedicatória especial para Bibiana, pelo qual “toda a família aplaudiu a minha lembrança” (DP, IAHGP, 27 de julho de 1843 e 23 de agosto de 1843).

Mas nem só historiador e leitores se encontravam na casa da família Pantoja no Rio de Janeiro. Nas grandes reuniões sociais que ocorriam na casa da família, não raro Abreu e Lima registrou as ocasiões em que dividiu ali seu tempo com Eduardo Laemmert, proprietário da conceituada livraria de mesmo nome, da tipografia Universal e um dos editores de maior sucesso do Segundo Reinado.

O general-historiador, o editor germânico e a corte nos trópicos

Junto com seu irmão Henrique, Eduardo Laemmert comandava no Rio de Janeiro a sociedade “E. & H. Laemmert, mercadores de livros e de música”. A firma, que vigorou até os anos

¹⁰ Dentre os autores identificados, Voltaire e críticos da Igreja Católica. Libânia Santos fez a relação das obras apreendidas de Hermógenes Pantoja (SANTOS, 2022, p. 259-260).

¹¹ O depoimento é de Manoel de Santana, um dos implicados na Conjuração baiana de 1798, que foi analisado por Florisvaldo Mattos em sua dissertação de mestrado *A Comunicação Social na Revolução dos Alfaiates* (MATTOS, 1971).



1870, já gozava de uma boa reputação no ramo livreiro na década de 1830, quando Eduardo dividia a administração da tipografia e da livraria Universal com o irmão no Rio de Janeiro. Na capital brasileira, os irmãos germânicos ganharam fama com a publicação das *Folhinhas de Laemmert*, impressos com temas variados que iam de anedotas a romances, e do *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial*, guia anual com série de dados sobre a indústria e o comércio no espaço fluminense. Bastante requisitado no XIX, a primeira edição do *Almanak* foi adquirida por Abreu e Lima em dezembro de 1843 por mil réis (DP, IAHGP, 21 de dezembro de 1843). O catálogo tipográfico dos Laemmert, porém, era bem mais extenso, e até a década de 1860 já contava com mais de 400 títulos publicados no Brasil (DONEGÁ, 2009b, p. 248). Foi pela firma tipográfica dos germânicos que o *Compendio da Historia do Brasil* seria publicado, em 1843. Ano que também marcou o registro de uma relação conturbada entre Abreu e Lima e Eduardo Laemmert, signo das tensões que envolviam as relações entre historiador e editor no mercado literário em meados do Brasil oitocentista.

Ao defender sua obra de uma acusação de plágio, Abreu e Lima escreveu que a edição do *Compendio* "não me pertence, porque é propriedade dos editores" (ABREU E LIMA, 1844a, p. 15). No início da década de 1840, Abreu e Lima sofria condições desfavoráveis em relação ao acordo que assinara com a casa editorial dos Laemmert. Como se depreende da sua consideração, era comum no mercado livreiro do Brasil do século XIX o autor transferir aos editores todos os seus direitos sobre os escritos impressos. Uma historiografia nos esclarece que a relação entre autor e editor no Brasil deste século era notadamente de "dimensão econômica", em que o editor, senhor dos direitos da obra, preponderava (BASTARDIS, 2018b, p. 262).

O contrato acertado entre Abreu e Lima e a casa editorial dos Laemmert não restringia só o direito do *Compendio* aos irmãos editores: ele certamente previa também a escrita de mais um livro de história. Lendo algumas entradas do diário encontramos, em 10 de agosto de 1843, um irritado Abreu e Lima que requisitava a Eduardo Laemmert a retirada imediata do seu nome da divulgação feita pelo livreiro de um novo livro chamado *Historia Universal*, previsto para publicação pela editora (DP, IAHGP, 10 de agosto de 1843).

Se a associação de seu nome com o livro de história universal foi "um desaforo", no dia seguinte o general recebeu um bilhete de Eduardo Laemmert "em virtude do recado que deixei ao caixeario" e agora se prontificava a enviar uma carta ao editor "prevenindo-o contra o anúncio" da obra (DP, IAHGP, 11 de agosto de 1843). A desavença de Abreu e Lima com o editor germânico se estendeu até o fim do mês de agosto: junto a uma cobrança de 500 mil réis, Eduardo Laemmert enviou ao general as provas da *Historia Universal*, mas Abreu e Lima as devolveu "dizendo-lhe que muito mais me devia ele". Nesta sua anotação do diário, também registrou a ruptura com a casa editorial dos irmãos, pois colocou na carta que "nada mais queria com ele [Eduardo Laemmert]" (DP, IAHGP, 24 de agosto de 1843); no dia seguinte, anotou o recebimento de "uma carta insolentíssima



[...] do [Eduardo] Laemmert" (DP, IAHGP, 25 de agosto de 1843). A *Historia Universal desde os Tempos mais Remotos até aos Nossos Dias relatando os Acontecimentos mais Notaveis em Todas as Epochas* seria publicado pela tipografia Universal só em 1847, sob anonimato – sua autoria só identificava que foi escrita "por um brasileiro" –, quando Abreu e Lima já morava no Recife.

Mesmo recebendo vinte e uma edições do *Compendio* diretamente das mãos de Eduardo Laemmert no 7 de setembro de 1843, "dia de grande gala [do] aniversário da Independência" do Brasil, exemplares devidamente redistribuídos a pessoas próximas nos dias seguintes, inclusive com um exemplar ao IHGB acompanhado de uma carta, e a deputados pernambucanos que logo retornariam à província de Pernambuco com o livro em mãos (DP, IAHGP, 11 de setembro de 1843), a relação de Abreu e Lima com os irmãos Laemmert estava abalada. Chegou a conversar com Gustavo Pantoja sobre uma "ladroeira do [Eduardo] Laemmert", do que ouviu do antigo ministro que este era um caso do qual o general até "o podia perseguir em juízo" (DP, IAHGP, 10 de agosto de 1843). Estava fora dos planos, portanto, imprimir seu próximo livro de história do Brasil, a *Synopsis*, pela tipografia Universal dos irmãos germânicos.

Conversando com Diogo Bivar, Abreu e Lima estipulou em 2 contos de réis o valor da impressão do livro (DP, IAHGP, 30 de agosto de 1843). Paula Brito, por sua vez, cobrou do general estratosféricos 35 mil réis por impressão de cada folha da *Synopsis* (DP, IAHGP, 21 de setembro de 1843). No fim, a *Synopsis* só foi impressa em 1845 na tipografia de Manoel Figueiroa de Faria no Recife, proprietário do *Diario de Pernambuco*, custando ao autor "mais de quatro contos de réis depois de impresso, os quais não comi nem bebi" (ABREU E LIMA, 1845a, p. vi). Todavia, foi por meio de Eduardo Laemmert que o general soube que ninguém mais ninguém menos que Pedro II havia apreciado o seu *Compendio*.

Em julho de 1843, Abreu e Lima descobriu que "o Imperador [Pedro II] gostou muito de minha história" (DP, IAHGP, 20 de julho de 1843). No dia 21 deste mês, acompanhado de Eduardo Laemmert, foi a São Cristóvão e encontrou-se com Pedro II, a quem apresentou a dedicatória feita em sua homenagem no *Compendio* (DP, IAHGP, 21 de julho de 1843). Esta dedicatória recebe espaço considerável no diário de Abreu e Lima. Nele descobrimos que, no dia seguinte ao encontro em São Cristóvão, Eduardo Laemmert e Abreu e Lima se reuniram para corrigi-la antes de sua impressão na edição definitiva do livro (DP, IAHGP, 22 de julho de 1843). Acompanhada de uma "especial permissão de S. M. I.", a dedicatória expunha a dívida do seu autor com Pedro II, poder maior do Estado brasileiro e patrono da instituição acadêmica frequentada pelo general.

A dedicatória de Abreu e Lima oferecia ao "muito alto, muito poderoso Senhor D. Pedro II", o "Imperador constitucional e defensor perpétuo do Brasil", ao qual "O[oferece]. D[dedica]. C[consagra]. este *Compendio* da Historia Pátria" em "sinal de profundo respeito e da mais pura afeição e lealdade". Na autoria, reforçava sua condição: aquela obra era do "seu reverente súdito, José Ignacio de Abreu



e Lima" (ABREU E LIMA, 1843a, p. i, iii). No diário, descobrimos mais sobre a relação deste antigo oficial militar de Bolívar com o jovem imperador do Brasil.

Contamos ao menos três situações em que Abreu e Lima encontrou-se com Pedro II. Para além da apresentação da dedicatória do *Compendio*, há outros dois registros no documento, ambos de agosto de 1843, dando conta de que no Paço da Cidade o general esteve presente "para falar ao Imperador" e de como, também no Paço, pediu "uma proteção para as minhas obras literárias e entreguei-lhe o projeto da minha *Synopsis*" (DP, IAHGP, 19 de agosto de 1843 e 26 de agosto de 1843, *grifos do autor*). Não temos maiores registros da conversa: da parte de Pedro II, em que pese manter uma série de diários escritos de forma irregular nos anos 1840¹², não há qualquer menção para algum encontro com Abreu e Lima. É muito provável que, na ocasião, o imperador tenha seguido seu的习惯 de não pronunciar mais do que algumas palavras com as pessoas com quem conversava. Por outro lado, sabemos que Abreu e Lima era frequentador assíduo daquelas ruas do Rio de Janeiro-corte, verdadeiras cenas de poder nos termos do historiador Marco Morel (MOREL, 2016c, p. 190), sempre em companhia de personagens próximos ao jovem imperador de 17 anos.

Da corte criada para proteger o jovem imperador brasileiro, "resguardando-o do escrutínio externo e proporcionando-lhe oportunidades de relaxamento" (BARMAN, 2012, p. 121), Abreu e Lima registrou encontros com Manoel Ignacio (DP, IAHGP, 2 de novembro de 1843), tutor de Pedro II entre abril e agosto de 1831 e 1833 e a quem vendeu treze assinaturas da *Synopsis* no valor de 65 mil réis (DP, IAHGP, 6 de novembro de 1843), Pedro Bellegarde (DP, IAHGP, 27 de novembro de 1843), então professor da Escola Militar e futuro ministro da Guerra no Gabinete Paraná de 1853-1855, e André Pereira Lima, censor do Conservatório Dramático e que fundaria a Sociedade Dramática Francesa com a anuência imperial em 1855, por exemplo.

Avistou Pedro II em um espetáculo no teatro, ocasião em que brigou com um português por um assento na casa (DP, IAHGP, 23 de janeiro de 1844). No dia 4 de setembro de 1843 anotou o horário de casamento do imperador brasileiro com Teresa Cristina, de onde viu, junto a João Baptista Moreira no Consulado Português, "passar o préstito [...] até as 3 horas [da tarde]" (DP, IAHGP, 4 de setembro de 1843). Veria a imperatriz pela primeira vez só em uma procissão no Largo do Paço Imperial, fazendo questão de registrar como ela "é eminentemente feia" (DP, IAHGP, 27 de janeiro de 1844).

Também mantinha relações com figuras próximas ao pai de Pedro II. Na segunda entrada de seu diário, por exemplo, Abreu e Lima registra que passou a tarde na companhia de Maria Benedita de Castro (DP, IAHGP, 2 de julho de 1843), a Baronesa de Sorocaba, amante de Pedro I quando em

12 Pedro II viria a escrever diários de forma mais regular nos anos 1860. O historiador Roderick Barman analisa uma série de entradas desta documentação, e diz sobre os diários de Pedro II que são de uma redação que "não era nem leve nem estimulante" (BARMAN, 2012).



seus tempos de Brasil e com quem o general se encontrava ocasionalmente.

As críticas historiográficas no diário

O diário do general não traz só as boas recepções ao *Compendio*. Críticas à primeira obra histórica de Abreu e Lima também forammeticulosamente anotadas nele. A primeira sairia na imprensa do Rio de Janeiro. No dia 30 de agosto, Abreu e Lima registrou que “saiu hoje no *Jornal do Commercio* a crítica do [Segundo] Visconde da Praia Grande contra a minha história” (DP, IAHGP, 30 de agosto de 1843). A impressão do Segundo Visconde veio na seção de correspondências do jornal, e nela acusava o general de escapar da imparcialidade anunciada no *Compendio*, conduta levada em consideração como pressuposto do bom exercício historiográfico da época. O cerne da crítica do Segundo Visconde é a interpretação que Abreu e Lima fez sobre os ofícios de Caetano Pinto de Miranda Montenegro quando dos eventos de março de 1817 no Recife: no *Compendio*, haveria caído em contradição ao escrever que Montenegro, então governador da capitania de Pernambuco, havia convocado apenas oficiais portugueses para o Conselho de Guerra reunido na vila quando, na verdade, conforme pontuado pelo Segundo Visconde da Praia Grande, ao menos um oficial nascido no Brasil também esteve presente naquela comitiva.

O Segundo Visconde atestava, inclusive, possuir “registos do tempo”: afinal, era filho de Caetano Pinto de Miranda Montenegro, e por isso se achava no dever de fazer esta defesa da atuação de seu pai no ano em que estourou a revolta independentista nas capitâncias do Norte brasileiro. O Segundo Visconde da Praia Grande admitia ter publicado a crítica “para livrar a memória de meu pai da injusta pecha” que Abreu e Lima “se lhe quis irrogar” no *Compendio* (CORRESPONDÊNCIAS, 1843c). Caetano Pinto de Miranda Montenegro Filho pôs publicamente em xeque as qualidades historiográficas de exatidão e imparcialidade de Abreu e Lima. Mas a crítica mais devastadora ainda viria a ser registrada no diário.

A primeira anotação de Abreu e Lima no dia 22 de abril de 1844 é a de que o tenente-coronel Manoel Ignacio de Carvalho, então deputado por Pernambuco, lhe mandara na manhã deste dia um “caixão de doce”, que o general imediatamente fez de “presente a Dona Feliciana”, sua locatária a quem pagava 25 mil réis pelo aluguel do quarto. Na sequência, Abreu e Lima relatou em poucas linhas o que levou à sua renúncia do quadro de sócios do IHGB: diz que Silva Maia, durante o jantar nesse dia, lhe entregou a *Revista do Instituto Histórico*, de “onde vem um tremendo artigo de [Francisco Adolpho de] Varnhagen contra o meu *Compendio de Hist. do Brasil*” com “parecer do Cônego Januário [da Cunha Barbosa]” (DP, IAHGP, 22 de abril de 1844).

A resposta institucional de Abreu e Lima foi rápida. No dia seguinte, devolveu por carta ao Instituto Histórico o diploma de sócio-honorário que recebera em 1839, entregando-o “eu mesmo” à



“irmã do [Manuel Ferreira] Lagos”, segundo-secretário do IHGB, em pessoa (DP, IAHGP, 23 de abril de 1844). Na carta, disse que “não me é lícito nem decoroso continuar a pertencer a semelhante associação” após a publicação do artigo do qual fora alvo. Esperava, também, que riscassem seu nome da lista de sócios (ABREU E LIMA, 1844a, p. 8). Se encerrava dessa maneira o vínculo de Abreu e Lima com a maior instituição promotora de uma historiografia no país naquele século. A polêmica com Januário da Cunha Barbosa e Varnhagen, contudo, se estenderia publicamente por ao menos mais um ano.

Para Varnhagen, Abreu e Lima se utilizou no *Compendio* de amplas passagens de um livro de história do Brasil escrito pelo historiador francês Alfonso de Beauchamp, trechos que ocuparam largas partes no livro do general e que se estendiam dos primórdios da colonização portuguesa até a fuga em 1808 da família de Bragança das tropas napoleônicas (VARNHAGEN, 1844b, p. 62). Ademais, no crivo de Varnhagen o *Compendio* também apresentava grande número de incorreções, algo que o então jovem adido diplomático do Brasil em Portugal fez questão de ironizar. Se Abreu e Lima admitiu ter escrito o livro como primeiro passo de um esforço maior para “reparar o tempo perdido” pelo Brasil sob o domínio da metrópole lusitana, “dando princípio à obra da nossa regeneração intelectual” (ABREU E LIMA, 1843a, p. vii), Varnhagen questionava aos leitores da Revista do IHGB se “foi este [autor] que veio melhorar o estado (nem por isso tão feio) em que nos achávamos” (VARNHAGEN, 1844b, p. 83).

Abreu e Lima logo se defendeu da acusação de Varnhagen. No mês seguinte, lançou por uma tipografia do Recife a *Resposta do General J. I. de Abreu e Lima ao Conego Januario da Cunha Barbosa*, com o subtítulo de “Analyse do primeiro juizo de Francisco Adolpho Varnhagen acerca do *Compendio* da Historia do Brazil [sic]”. No diário, o general não fez menção à escrita desta *Resposta*: seu mês de maio vai apenas ao dia 8, sem maiores registros da produção da réplica à crítica que sofreu. Apenas registra que o senador Saturnino Costa Pereira, a quem visitava em casa constantemente, “me disse que o meu *Compendio* tinha muitas inexatidões”. Com sarcasmo, Abreu e Lima finalizou as anotações deste dia com “viva o Sr. José Saturnino da Costa Pereira” (DP, IAHGP, 2 de maio de 1844). Também é impossível saber a recepção de sua *Resposta* pelo que registra no diário: o mês de junho não traz qualquer registro, e o dia 5 de julho, quando retoma a escrita, já é de quando estava enjoado em alto-mar no vapor rumo ao Recife. Apenas no ano seguinte sua *Resposta* circularia nas livrarias do Rio de Janeiro.

Em anúncio do *Jornal do Commercio*, a *Resposta* de Abreu e Lima poderia ser adquirida por subscrição em algumas lojas, como a de Paula Brito, a 2 mil réis por exemplar. O reclame prometia a edição “em bom papel, [...] nítida e feita com todo o cuidado”. No corpo do texto, lê-se que

Esta obra é um dos mais importantes trabalhos da nossa moderna literatura, porque nela são dilucidados pela primeira vez, e de uma maneira tão clara como a luz



meridiana, muitos factos importantes e controversos da história do Brazil [sic]; e sobretudo para aqueles que já possuem o compêndio da mesma história, produção do dito [...], obra que mereceu geral aprovação nesta corte, onde foi escrita e publicada (PUBLICAÇÃO LITTERARIA, 1845b).

A réplica de Abreu e Lima veio dividida em três partes. Na primeira, intitulada “Ao Públíco”, o general trouxe como garantia da qualidade do seu *Compendio* a aprovação de Pedro II à obra. Reafirmando na opinião pública aquilo que anotara apenas para si no diário, Abreu e Lima escreveu que “aconteceu que S. M. o Imperador tivesse lido uma brochura do meu *Compendio* antes da sua publicação; e constou-me que agradara ao Mesmo Augusto Senhor”. Relatou o oferecimento de sua dedicatória a Pedro II, que “disse-me com toda a urbanidade e Imperial benevolência, que a aceitava, e que eu podia mandá-la imprimir” (ABREU E LIMA, 1844a, p. iii, iv).

O autor do anúncio veiculado no *Jornal do Commercio* o fechava, portanto, reafirmando o aceite de Pedro II. Afinal, que maior aprovação um historiador no Brasil poderia se ter em conta senão daquela vinda diretamente do imperador? Abreu e Lima escreveu a *Resposta* não só como defesa do seu *Compendio*, mas sim da aprovação imperial à obra. Apenas isso o fazia responder à acusação de plágio por Varnhagen, “a qual me obriga a quebrar o propósito de não responder a nenhuma censura, que não fosse feita conforme as regras da hermenêutica, e sobretudo com a devida cortesia, como é costume entre a gente de mediana educação” (ABREU E LIMA, 1844a, p. iii).

Uma historiografia já comentou o entrevero historiográfico entre Abreu e Lima e Varnhagen sob vários aspectos, privilegiando a retórica historiográfica dos envolvidos¹³, objeto que não pretendemos abordar aqui. Tão importante quanto, atento ao verniz político que envolveu a questão, pouco comentado na literatura historiográfica sobre o tema, mas que entrevemos de forma mais nítida quando lemos sua *Resposta*. Para Abreu e Lima, a acusação de plágio no *Compendio* por Varnhagen teria sido alimentada pelo então diretor do Instituto Histórico, Januário da Cunha Barbosa, que uma década antes se indispôs publicamente com ele no Rio de Janeiro. Inimizade de anos a ponto de Abreu e Lima assumir, na *Resposta*, a autoria do pasquim *A Torre de Babel*, folha que havia publicado em anonimato em 1833 e que havia sido uma das mais virulentas na imprensa fluminense.

O fato de Varnhagen não compor a Comissão Especial indicada pelo Instituto Histórico para avaliar o *Compendio* e mesmo assim emitir um juízo crítico desconcertou Abreu e Lima. Haviam sido originalmente indicados à Comissão Especial que avaliaria seu livro institucionalmente, afinal,

13 Thamara Rodrigues, por exemplo, analisou recentemente esta desavença historiográfica a partir das interpretações históricas de Abreu e Lima e Varnhagen quanto ao papel da experiência colonial portuguesa na formação do homem brasileiro (RODRIGUES, 2021).



dois de seus bons amigos no Rio de Janeiro, o antigo ministro das Relações Exteriores do Brasil, Bento da Silva Lisbôa, o “Bôa” em seu diário, e Diogo Bivar (EXPEDIENTE, 1843d, p. 397). Para Abreu e Lima, Januário Barbosa já tinha em mãos o texto de Varnhagen antes mesmo do parecer oficial da Comissão Especial. A publicação do texto de Varnhagen na *Revista do Instituto Histórico* ainda feriria outra resolução do Instituto, aquela “de não publicar na sua Revista nenhum parecer contra as obras de seus membros; à vista de cuja resolução deviam ser tais pareceres arquivados em manuscrito” (ABREU E LIMA, 1844a, p. 14, *grifos do autor*).

Dentro do Instituto Histórico, os protestos do general seriam letras mortas. Em 11 de janeiro de 1844 o IHGB anunciou que, considerando justas as considerações de Varnhagen sobre o *Compendio*, em especial aquela “contra o plágio tomado [por Abreu e Lima] do insignificante escritor francês Beauchamp”, publicava o juízo crítico para que todos os que possuíssem o livro ficassem cientes das considerações apontadas. Não menos importante, o Instituto Histórico também comunicava que o *Compendio* não era dos livros mais recomendáveis “para a instrução elementar” no Brasil (EXPEDIENTE, 1844c, p. 124-125).

Justificativas para além do plágio também permearam a negativa à obra de Abreu e Lima no IHGB. A historiadora Isadora Maleval conseguiu enxergar que a “concepção antiga de história” – apesar de sua recorrência à época – e o “caráter memorialístico” do *Compendio* pesaram no rechaço do Instituto Histórico ao livro. Para Maleval, uma das críticas foi a de que Abreu e Lima não distanciou sua narrativa historiográfica de uma história do presente (MALEVAL, 2010b, p. 58-59). O general já havia passado por constrangimento semelhante na própria instituição quando teve negado o pedido de publicação de um manuscrito da autoria de Caetano Montenegro, datado de pouco antes do início do Dezessete. Neste caso, o Instituto Histórico justificou a negativa argumentando que a publicação de tal documento poderia comprometer “pessoas ainda existentes”, algumas até envolvidas na alta política do Estado imperial, decidindo por seu arquivamento na instituição (EXPEDIENTE, 1839b, p. 294-295).

Foi este aspecto político de quase uma década entre Januário da Cunha Barbosa e Abreu e Lima que deu a tônica à primeira rixa historiográfica do Instituto Histórico, que ganha contornos mais nítidos quando lemos o diário do general e identificamos nele o entourage na qual ele estava inserido e que o apoiaria na querela. Lendo a lista dos financiadores da impressão da *Resposta*, identificamos personagens de relevância daquele cenário público-político da capital brasileira. Silva Maia, por exemplo, esteve entre os “senhores subscritores” da áspera réplica de Abreu e Lima a Januário da Cunha Barbosa e a Varnhagen (ABREU E LIMA, 1844b, p. 130), indício de que a decisão do Instituto Histórico não foi consenso entre seus sócios.

Antes de analisar propriamente o juízo de Varnhagen sobre seu livro, última parte da *Resposta*, Abreu e Lima dedicou pouco mais de vinte páginas para expor o seu desagravo com



Januário da Cunha Barbosa. Sentia-se ferido no âmago de sua honra como “escritor publico”, já que o juízo crítico do *Compendio* foi lido, debatido e publicado de forma oficial pelo Instituto Histórico sem ao menos “ouvir primeiro o autor censurado”, o que ia à contramão dos ritos de outras sociedades acadêmicas e literárias. Interpretou-o como injúria não só do diretor do IHGB, mas da própria instituição: nas suas palavras, “só quem vive no Rio de Janeiro é que sabe, que o Instituto hoje simboliza o Padre Januário, ou que o Padre Januário é o Instituto encarnado” (ABREU E LIMA 1844b, p. 9). A indisposição de Januário Barbosa com Abreu e Lima, afinal, adquiria motivações por posicionamentos políticos datados dos anos regenciais: sua defesa de Pedro I era o motivo de “toda a birra do Padre Januário”, mesmo motivo que também faria o cônego ter reservas para com Beauchamp, uma de suas referências no livro (ABREU E LIMA, 1844a, p. 12).

Nesta ordem das coisas, Varnhagen seria uma mera peça no tabuleiro do secretário do Instituto Histórico: foi Januário Barbosa quem buscou, como diz Abreu e Lima, “emporcalhar o meu *Compendio*” (ABREU E LIMA, 1844b, p. 13). Por uma quantidade considerável de páginas, o general lê o então adido da legação brasileira em Lisboa como sujeito que “tudo deve ao Padre Januário”, e que apenas fez o que fez porque “este lhe ordenou”, inclusive conseguindo para o jovem historiador um quarto na biblioteca pública e, situação incômoda para Varnhagen, que por anos mostrou-se preocupado com seu reconhecimento enquanto brasileiro (CEZAR, 2018c, p. 34), uma rápida obtenção dos direitos de cidadão no país, “negócio que também tomara a peito o Padre Januário” (ABREU E LIMA, 1844b, p. 28, 32).

Na *Resposta*, sobraria espaço até para o estilo de escrita do cônego: “se os ingleses fossem mais atilados ou menos cabeçudos, em lugar de fazerem a guerra a China pelo contrabando do ópio, o teria substituído pelos relatórios do Padre Januário” no IHGB (ABREU E LIMA, 1844b, p. 17). No diário, importante esclarecer, Abreu e Lima jamais registrou encontros com Januário Barbosa, com Varnhagen, e nem idas às reuniões do Instituto Histórico.

Conclusão

Por estas passagens do diário, nota-se como o embate dos *hommes-des-lettres* dedicados ao labor historiográfico por um lugar ao sol na corte fluminense também foi disputado em campos que iam muito além da imprensa periódica e das sociedades acadêmicas e literárias. Mais do que meras discussões acerca da originalidade de uma obra histórica ou das acusações de plágio, estes primeiros historiadores disputaram uma atraente posição próxima à burocracia imperial, dos donos de cargos de poder político no Brasil e das Casas políticas no Rio de Janeiro. Evidentemente, também buscavam proximidade com o poder máximo do Império, Pedro II.

O Abreu e Lima que buscou ser-historiador no Rio de Janeiro entre 1843 e 1844 merece



ser lido a partir deste ponto de vista da sua aproximação com o poder político, mobilizadora das teias de sua sociabilidade no Rio de Janeiro. Foi este capital simbólico que Abreu e Lima buscou garantir neste espaço privilegiado como historiador reconhecido publicamente em um Brasil ainda recém-emancipado, país que buscava construir e narrar sua própria história sob os auspícios de um imperador entusiasta da disciplina.

O diário de Abreu e Lima nos permite descobrir esta faceta do polêmico redator que, agora no início dos anos 1840, ansiava por ser reconhecido pela prática historiográfica na capital do Império brasileiro. Torna-se um documento de importância por nos permitir ver, a partir da problematização das suas entradas, que ser-historiador no Brasil que adentrava o Segundo Reinado significou também se construir enquanto tal em espaços para além do Instituto Histórico, em que pese a centralidade desta instituição para o exercício historiográfico no país.

Para isso, Abreu e Lima cultivou o contato com estes políticos, burocratas, militares, redatores e editores. Deles, obteve críticas atentas, espaços para a divulgação de seu trabalho, financiamento à impressão dos seus livros e até documentações originais para suas pesquisas históricas. No diário, raros são os registros em que não diz que saiu de casa para se empenhar nesta socialização contínua, rotina de jantares, passeios, espetáculos no teatro e jogatina de cartas. Ler as passagens do seu diário particular é notar o valor dado pelo general a essas sociabilidades, assim como o seu esforço para se manter na capital do Brasil como figura socialmente relevante para setores da opinião pública, das casernas militares e à classe política estabelecida no Rio de Janeiro ou que transitava entre a corte e as províncias.

Abreu e Lima abriu mão de toda essa inserção no Rio de Janeiro exatos quatro dias depois de ler a Revista do IHGB com a crítica de Varnhagen ao seu *Compendio*. Foi reunido com Felix Peixoto de Brito e Mello, um dos nomes fortes do Partido da Praia, que Abreu e Lima decidiu “definitivamente” mudar-se para o Recife (DP, IAHGP, 27 de abril de 1844). Chegaria em 12 de julho de 1844 na capital pernambucana, após breves paradas por Salvador. No diário, registra como foi visitado por várias pessoas no dia do seu desembarque e como esteve “muito mal acomodado” na casa do seu irmão, Luiz Roma. No Recife, estaria inserido em um cenário político e social completamente distinto daquele que vivenciara no Rio de Janeiro; ali, seus problemas definitivamente seriam outros.

Referências

- ABREU E LIMA, José Ignacio de. Carta a Emílio Joaquim da Silva Maia. Coleção Instituto Histórico, Lata 138, Documento 46 (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro). 8 out. 1839a.
- ABREU E LIMA, José Ignacio de. **Compendio da Historia do Brasil**. Rio de Janeiro: Typographia Universal, 1843a.
- ABREU E LIMA, José Ignacio de. Diario particular do General José Ignacio de Abreu e Lima. Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco (IAHGP). Recife, julho de 1843 a janeiro de 1845 (Mimeo).



- ABREU E LIMA, José Ignacio de. **Resposta do General J. I. de Abreu e Lima ao Conego Januario da Cunha Barbosa ou Analyse do primeiro juizo de Francisco Adolpho de Varnhagen acerca do Compendio da Historia do Brasil.** Recife: Typographia de M. F. de Faria, 1844b.
- ABREU E LIMA, José Ignacio de. **Synopsis ou Deducção Chronologica dos Factos mais Notaveis da Historia do Brasil.** Recife: Typographia de M. F. de Faria, 1845a.
- ALBUQUERQUE, Aline Emanuelle de Biase. **De “Angelo dos retalhos” a Visconde de Loures: a trajetória de um traficante de escravos (1818-1858).** Dissertação de Mestrado (História). Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016a.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Introdução: Modelos da história e da historiografia imperial. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.). **História da vida privada no Brasil Império: a corte e a modernidade nacional.** São Paulo: Companhia de Bolso, 2019a.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Vida privada e ordem privada no Império. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.). **História da vida privada no Brasil Império: a corte e a modernidade nacional.** São Paulo: Companhia de Bolso, 2019.
- Artigos não oficiais. **Correio Official**, Rio de Janeiro, n. 46, 24 ago. 1833b.
- BARMAN, Roderick. **Imperador cidadão.** São Paulo: Editora UNESP, 2012.
- BASILE, Marcello. Inventário analítico da imprensa periódica do Rio de Janeiro na Regência: perfil dos jornais e dados estatísticos. In: CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lucia Maria Bastos (org.). **Dimensões e fronteiras do Estado brasileiro no oitocentos.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014.
- BASTARDIS, Jean. Os direitos autorais em discussão no Brasil durante o século XIX. **Saeculum**, v. 38, n. 38, jun. 2018b.
- Bibliographia. **Minerva Brasiliense**, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2, 15 nov. 1843b.
- CEZAR, Temístocles. **Ser historiador no século XIX: o caso Varnhagen.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018c.
- Classes. **A Torre de Babel**, Rio de Janeiro, n. 2, 12 jan. 1833c.
- Contraste. **A Torre de Babel**, Rio de Janeiro, n. 7, 06 mar. 1833e.
- Correspondências. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, n. 229, 30 ago. 1843c.
- DONEGÁ, Ana Laura. Os irmãos Laemmert no comércio livreiro oitocentista. **Língua, literatura e ensino**, v. 4, 2009b.
- Expediente. **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, tomo 1, 1839b.
- Expediente. **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, tomo 5, 1843b.
- Expediente. **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, tomo 6, 1844c.
- GARCIA, Lúcia Maria Cruz. **Emílio Joaquim da Silva Maia: um intelectual no Império do Brasil.** Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004b.
- GODOI, Rodrigo Camargo de. **Um Editor no Império: Francisco de Paula Brito (1809-1861).** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Fapesp, 2016b.
- GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. História e poder: as experiências do passado, o domínio do presente e as possibilidades futuras do Estado imperial (1838-1850). In: GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. **Cultura e poder entre o Império e a República: estudos sobre os imaginários brasileiros (1822-1930).** São Paulo: Alameda, 2018a.
- Imperial Irmandade de N. Senhora da Glória do Outeiro. In: **Almanack Administrativo, Mercantil e Industrial da corte e província do Rio de Janeiro para o anno de 1859.** Rio de Janeiro: Tipografia Universal, 1859.
- Interior. **Arca de Noé**, Rio de Janeiro, n. 20, 05 dez. 1833d.
- LAGO, Laurenio. **Supremo Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal: dados biográficos 1828-2001.** Brasília: Supremo Tribunal Federal, 2001.
- Liberalidade americana. **O Novo Mundo**, Nova Iorque, n. 31, 23 abr. 1873.
- MALEVAL, Isadora Tavares. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o (não) lugar da história do presente. **Ars Historica**, v. 1, n. 2, 2010b.
- MATTOS, Florivaldo. **A Comunicação Social na Revolução dos Alfaiates.** Dissertação de Mestrado (História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, 1971.
- MELO JÚNIOR, Jonas Clevison Pereira de. **“He proibido a venda ao povo do remedio Le Roy”:** o combate às práticas populares de cura no Recife da primeira metade do século XIX (1828-1845). Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em História). Departamento de História da Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2021.
- MONTINI, Paulo. **Abreu e Lima, redator:** estudos sobre cultura política e pensamentos nos pasquins fluminenses de José Ignacio de Abreu e Lima, 1833. Dissertação de Mestrado (História). Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2020.
- MONTINI, Paulo; CUNHA, Diogo Arruda Carneiro da. As Américas do General: um estudo da construção de uma memória histórica por José Ignacio de Abreu e Lima na missiva para José Antônio Páez, 1868. **Revista Brasileira do Caribe**, v. 24, n. 47, mar. 2024b.
- MONTINI, Paulo. No palco da história, o General das Massas: a construção de um apelido em meio a tramoias políticas, correspondências vazadas e ao escândalo de um levante restauracionista em 1834. **Almanack**, Guarulhos, v. 39, 2025.
- MOREL, Marco. **As transformações dos espaços públicos:** imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840). Jundiaí: Paco Editorial, 2016c.
- OLIVEIRA, Maria da Glória. Fazer história, escrever a história: sobre as figurações do historiador no Brasil oitocentista. **Revista**



Brasileira de História, v. 30, n. 59, 2010a.

PAPERNO, Irina. What can be done with diaries?. **Russian Review**, v. 63, n. 4, out. 2004a.

Pernambuco. **Correio Oficial**, Rio de Janeiro, n. 53, 02 set. 1833a.

Publicação litteraria. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, n. 165, 21 jun. 1845b.

RODRIGUES, Thamara de Oliveira. Os bastidores do cânone historiográfico: Abreu e Lima e as disputas pela escrita do Brasil.

Almanack, n. 29, 2021.

SABATINELLI, Juliana. A agência diplomática do argentino Tomás Guido no Império do Brasil (1841-1850). **Revista Eletrônica da ANPHLAC**, v. 24, n. 37, 2024a.

SANTOS, Libânia da Silva. “**Huma obra ímpia e sediciosa**”: análise de autoria mecânica e edição semidiplomática de documento apreendido no contexto da Conjuração Baiana. Dissertação de Mestrado (Língua e Cultura). Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2022.

TURIN, Rodrigo. Uma nobre, difícil e útil empresa: o **ethos** do historiador oitocentista. **História da Historiografia**, n. 2, 2009a.

VARNHAGEN, Francisco Adolpho de. Primeiro juizo. **Jornal do IHGB**, vol. 6, 1844b.

Informações Adicionais

Biografia profissional:

Paulo Montini de Assis Souza Júnior é doutorando em História na Universidade Federal de Pernambuco, onde pesquisa a produção do general José Ignácio de Abreu e Lima. É mestre em História pela mesma instituição, onde defendeu dissertação em 2020 sobre os pasquins de Abreu e Lima no Rio de Janeiro regencial no ano de 1833. Na UFPE, é um dos colaboradores do Núcleo de Estudos e Debates sobre a América Latina, NEDAL, coordenando a linha sobre neoliberalismo e redemocratização na América do Sul pós-1980, e integrante do grupo de pesquisa Política, Autonomia e Heterogeneidade (GPAH), coordenado pelo professor Raphael Guazzelli Valerio.

Endereço para correspondência:

Avenida Acadêmico Hélio Ramos, S/N, Cidade Universitária, Recife, Pernambuco, CEP 50670-901, Brasil.

Financiamento:

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Agradecimento:

Agradeço ao professor Bruno Augusto Dornelas Câmara por compartilhar comigo os registros fotográficos do diário datilografado. Também agradeço ao antigo presidente do IAHGP, Reinaldo José Carneiro Leão, pelos esforços de preservação deste material.

Conflito de interesse:

Nenhum conflito de interesse foi declarado.

Aprovação no comitê de ética:

Não se aplica.

Preprint

O artigo não é um preprint.



Disponibilidade de dados de pesquisa e outros materiais

Não se aplica.

Editores responsáveis

Rebeca Gontijo – Editora-chefe
Martha Rodriguez – Editora executiva

Direitos autorais

Copyright © 2025 Paulo Montini de Assis Souza Júnior

Histórico de avaliação

Data de submissão: 02/08/2024
Data de alteração: 16/12/2024
Data de aprovação: 17/01/2025

Licença

Este é um artigo distribuído em Acesso Aberto sob os termos da [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](#).

